

DESVANTAGENS / Janela em que população economicamente ativa é maior do que o número de aposentados fechou em 2018. Sem esse propulsor, governo precisa criar estratégias para acelerar ritmo de crescimento do país e evitar retrocessos

Sem bônus demográfico

» ROSANA HESSEL

Divulgação/Aleksey Malinovski (via Unsplash) - 10.fev.2018



Especialistas avaliam que a desindustrialização é um dos fatores que dificultam o crescimento da economia brasileira, junto com a falta de estímulos ao consumo e as questões culturais

O Brasil perdeu a vantagem do bônus demográfico, que poderia ser uma aliada para acelerar o crescimento sustentável no país. O contexto, que descreve o momento em que a população mais jovem em idade de trabalhar é maior do que a de aposentados, representaria um dos motores para o enfrentamento das dificuldades econômicas atuais. Pelos cálculos de Sílvia Matos, coordenadora do *Boletim Macro* do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), a janela dessa vantagem competitiva do país foi fechada em 2018.

Agora, para o Brasil conseguir crescer em ritmo acima do potencial, de 1,5% atualmente, será preciso evitar os mesmos erros do passado, de acordo com os analistas. A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, acredita que o país não está condenado a continuar crescendo pouco.

“Se o governo fizer as coisas certas, como manter as coisas boas de reformas realizadas desde 2016 e evitar retrocessos, ele consegue escapar dessa armadilha do baixo crescimento. E, para isso, será preciso melhorar a produtividade para conseguir crescer, pois perdeu a janela do bônus demográfico. Agora, o governo está correto em elencar a reforma tributária como prioritária. Essa é a grande reforma”, afirma Alessandra Ribeiro.

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, também faz o alerta sobre a perda do bônus demográfico, pois o país não pode mais perder tempo para crescer. “O Brasil entrou em uma situação crônica e crítica que, para reverter, será preciso uma mudança de ideologia que vai sacrificar uma geração. E nenhum político está disposto a isso”, ressalta.

Um dos principais equívocos dos governos petistas foi a Nova Matriz Econômica que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) tentou implementar sem sucesso em seu governo, avalia Sílvia Matos. “Colhemos uma grande recessão e perdemos muita vantagem competitiva em relação aos outros países”, resume ela, em referência às quedas do PIB em 2015 e 2016 enquanto o mundo crescia a passos largos.

O professor de Finanças do Insper, Otto Nogami, lembra que não

adianta o governo apostar em um pacote de crédito com medidas de incentivo ao consumo, como fez no passado, porque a realidade é outra. As famílias estão mais endividadas e esse tipo de medida tem efeitos de curto prazo e que não garantem um desenvolvimento sustentável. “Daí vem o termo voos de galinha, porque ocorre um crescimento com um pouco de estímulo para o consumo. Mas, depois, o PIB volta a recuar ou a ficar negativo. Assim, o impacto dessas medidas de curto prazo, que são constantemente utilizadas, fazem com que o PIB gravite em torno de 1% ao ano, na média”, explica.

Mudança no quadro

Otto Nogami defende que uma das medidas para reverter esse quadro de baixo crescimento é estimular o empresariado a investir, criando melhores condições de produção no país. “Como consequência,

isso gera mais emprego e mais renda, que gera mais capacidade e consumo, e, consequentemente, mais produção. Esse é o chamado círculo virtuoso da economia. Mas está difícil de chegarmos a esse ponto”, lamenta o acadêmico. Nogami e Agostini reforçam que será preciso um plano estratégico bem elaborado e de longo prazo. Mas, eles destacam que, até agora, o governo ainda está perdido e não sabe para onde vai, além de acreditar que está governando apenas para os que defendem a velha e desatualizada cartilha do PT.

“A desindustrialização é um problema difícil de solucionar, porque o custo do capital no país é elevadíssimo e o governo insiste em punir o investidor produtivo, pois mantém a cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) dos empréstimos, operações de câmbio para exportação, que só aumentam custo e geram pressões, inflacionárias”, destaca Agostini.



“A desindustrialização é um problema difícil de solucionar, porque o custo do capital no país é elevadíssimo e o governo insiste em punir o investidor produtivo, pois mantém a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)”

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating

Fatores culturais

Nogami reconhece que outros fatores culturais também dificultam o crescimento do país. Um exemplo é que, no Brasil, existe uma cultura no mercado financeiro que é motivada pela especulação, ao contrário dos países desenvolvidos, onde a pessoa física olha para a Bolsa pensando na aposentadoria. “Aqui, o mercado de capitais é motivado pela especulação. O comprador de papel não tem a preocupação de manter as ações por um período mais longo e não olha na capacidade de a empresa obter lucros e distribuir dividendos. Essa é a grande diferença entre o investidor de Bolsa brasileira e o de outros países”, diz. “Aqui, pensamos na valorização do papel, o dividendo é secundário”, emenda.

Outra questão cultural nociva para a economia é o fato de os bancos brasileiros praticarem juros extremamente elevados se

comparados com os de países desenvolvidos. Os spreads (que inclui a margem de lucro) bancário dos bancos brasileiros são absurdamente elevados, o que também prejudica o desenvolvimento do país, pois o custo de qualquer investimento para uma empresa é proibitivo. “É preciso mudar essa cultura dos bancos, mas também a dos políticos brasileiros, porque eles precisam começar a se preocupar menos com o interesse individual, que é a reeleição. Se o governo quer que a taxa de juros fique em outro patamar, ele precisará dar maior previsibilidade para o Banco Central e para o empresário. E, para isso, precisará de um planejamento de longo prazo, onde vai mostrar para onde o país vai, porque será um grande desafio para o Brasil sair dessa armadilha da renda média baixa. Por enquanto, há muita incerteza e não sabemos o que vai acontecer daqui a 45 dias”, afirma Nogami.

Brasil S/A



por Antonio Machado
machado@cidadebiz.com.br

Mais foco, gente!

O governo, o Congresso, o Judiciário, à frente o STF, todos querem se mostrar aplicados em melhorar a economia, o bem-estar das pessoas, a qualidade das decisões, mas não passa semana nos últimos anos sem que Brasília nos poupe de confusões e polêmicas. Como diz um amigo, as instituições estão funcionando, só que funcionam mal, encadeando instabilidade política, insegurança jurídica e raquitismo econômico.

As últimas notícias são de amargar. Uma confirma a máxima segundo a qual até o passado no Brasil é incerto. Deu-se com a reviravolta do voto do ministro Gilmar Mendes, do STF, sobre o imposto sindical, que caiu com a reforma trabalhista em 2017. Em 2018, o STF declarou como constitucional o fim do imposto obrigatório no curso de 20 ações que tinham Gilmar como relator. Um sindicato recorreu com embargos de declaração. Nesta ação, o ministro Luís Roberto Barroso pediu vista e apresentou no último dia 14 seu voto concordando com a tese. E... E o ministro Gilmar o acompanhou, mudando sua decisão de 2018.

Barroso diz em seu voto que o cenário mudou e a reforma trabalhista “promoveu uma importante alteração na forma de custeio das

atividades dos sindicatos”. O julgamento continua, ameaçando a jurisprudência trabalhista consolidada. Não cabe alegar inconstitucionalidade, até onde se entende, porque o cenário mudou. Seria esquisito o STF formar maioria para engrossar a já caudalosa insegurança jurídica.

Noutro evento, este político, o governo se viu obrigado a aceitar a abertura de CPMI no Congresso proposta pela oposição para averiguar as responsabilidades pelo vandalismo da extrema-direita nas invasões de prédios oficiais em 8 de janeiro. Com as provas abundantes feitas pelos próprios delinquentes com seus celulares, certo é que, se tiver competência, o governo poderá complicar a situação dos parlamentares que incentivaram os golpistas e de parte da oficialidade do Exército.

O ônus para todos é que a CPMI vai embaçar a tramitação de medidas essenciais para revigorar a economia e reduzir a dependência dos mais pobres das políticas sociais, como a já tardia reforma tributária. O que fazer: esperar passivamente ou oferecer ao Congresso e ao governo ajuda para desatar os nós? Um grupo de líderes empresariais de vários setores entende que o caminho é ajudar a política, numa dinâmica com potencial

para superar a polarização ideológica e ideias de antanho.

Resistência à inovação

Para alguns, falta compreensão sobre as transformações que acontecem em ritmo intenso no mundo, e que se arrastam no Brasil como carro com motor 1.0 subindo uma ladeira íngreme — ou híbrido, que é a forma de ganhar tempo de indústria sem bala ou sem know-how para abraçar o que suas matrizes já adotaram, a propulsão com bateria elétrica. De algum jeito, nossa história é marcada por uma tenaz resistência à inovação. Acumulamos décadas de política macroeconômica destinada a pôr canga nas contas fiscais, visando inflação moderada e taxa de juro decente, que entronizariam expectativas promissoras, confiança e progresso.

O resultado tem sido o contrário, levando não à revisão do método, mas aos governantes a dobrar a aposta, pauperizando o setor privado, sobretudo a manufatura. Até os anos 1970, ela era mais sofisticada e maior que a da China. E assim seguimos, encolhendo, pois as pessoas passam e as ideias ficam, perseguindo ajustes fiscais por pressão de ideologia em desuso no mundo para cercar a autonomia da política.

Nesse embate entre a tecnocracia que se vê infalível e a democracia eleitoral, em que o voto demite o político e o fracasso não sanciona

o tecnocrata com emprego estável, além da porta-giratória aberta à elite deles, o espancado é a sociedade, seja por tomar partido desconhecendo o que está por trás, seja por ser prejudicada na veia.

Vamos aos fatos. Na lista dos Brics, Brasil tem economia estagnada desde 2000, quando representava 1,9% do PIB global, contra 3,5% da China, 1,4% da Índia, 0,8% da Rússia e 0,4% da África do Sul, segundo dados do World Economic Outlook de abril do FMI. Em 2023, voltamos ao ponto em que partimos, com 1,97% do PIB mundial, a China voou para 18,4%, Índia foi a 3,5%, Rússia a 2% (graças ao petróleo e gás) e a África do Sul continuou com os mesmos 0,4%. O que inferir?

Mais emprego que Bolsa?

A dedução é que o acrônimo Brics deve sua fama de grupo dinâmico no mundo só à China, com Índia atrás. Ambos explicam a fatia do PIB do bloco em relação ao PIB mundial ter saltado de 11% em 2006, quando a ideia do clube de emergentes promissores foi criada, para 26,3%.

Hoje, forte candidata a potência econômica é a Indonésia, democracia que fracassou duas vezes com política industrial e voltou a adotá-la, fazendo uso de tecnologia da informação e de suas reservas de níquel, insumo estratégico às novas energias, barganhando facilidades tarifárias por fábricas de baterias e

veículos elétricos. Indústrias da China, EUA, Coreia do Sul e Japão toparam ou estão negociando.

Em 2010, último ano do Lula-2, nosso PIB representava 3,3% do PIB do mundo. Se os erros de estratégia do governo Dilma fossem corrigidos e não repudiados, é possível que este ano voltássemos à fração perdida. O gap é de US\$ 1,4 trilhão. Convertidos em obras, tecnologia aplicada e manufatura moderna, e adicionados à competitividade dos minérios e do agro, é provável que hoje o Bolsa Família fosse menos demandado. E a vigilância fiscal seria limitada ao bom uso do dinheiro público.

Sem escolhas binárias

Fundamental para a economia superar os impasses políticos e Lula ter sua redenção é se livrar da escolha binária entre o laissez-faire e o planejamento, como defende a singapuriana radicada nos EUA Yuen Yuen Ang, chefe do departamento de Economia Política da Universidade Johns Hopkins e autora de *Como a China escapou da armadilha da Pobreza*.

Ela sugere aos EUA o que começou timidamente com Trump e segue mais desinibido com Joe Biden: um “jogo de soma positiva” entre os setores público e privado, com o que chama de “descentralização coordenada” e “improvisação dirigida”. A China se transformou com tais conceitos, e não bem com direção central férrea, como

supõe a crítica neoliberal.

O fato é que ou enfrentamos a realidade de que estamos tempo demais insistindo com políticas de estabilização econômica indiferentes às suas sequelas para o emprego e a manufatura avançada ou as crises vão ampliar-se em frequência e intensidade, já que não será só o agro que vai criar empregos e renda capazes de atender as demandas sociais.

Falta ao país um projeto de longo prazo sintonizado com as mudanças instantâneas do Banco Central, o Pix, que é mais que uma facilidade financeira. É, se devidamente considerado, a plataforma para a economia conectada e inteligente, estendida aos bancos de dados interativos de CPF e CNPJ, o que viabiliza até um sistema tributário com crédito e débito instantâneo sem margem para sonegação.

A formulação da economia digital é o que nos concilia com o futuro no presente e nos dá o ingresso na geopolítica em geral para além da justa prioridade ambiental. Sem uma PPP da política com a sociedade, visando parcerias de criatividade e inovação, isso não vai acontecer.